

Arqueoturismo: o uso turístico das Itacoatiaras do Ingá/PB

Ilana Barreto KIYOTANI¹
Luciana Falcão ARRUDA²
Amada TAVARES³

Resumo: As facilidades de acesso a sítios arqueológicos e o interesse natural do homem em conhecer mais sobre seus antepassados abriram caminho para o fortalecimento das sinergias entre arqueologia e turismo. Tal relação gerou o que se chama de arqueoturismo, que consiste em viagens motivadas pelo desejo de visitar locais onde há vestígios materiais do processo evolutivo humano. Considerando essa possibilidade para o Brasil e percebendo suas dificuldades em fazer funcionar esse segmento, neste trabalho busca-se verificar as atuais condições de visita turística de um dos seus sítios arqueológicos: as Itacoatiaras do Ingá, na Paraíba. Para isso, usou-se pesquisa bibliográfica e documental, somando a pesquisa de campo – visita in loco e entrevista com o gestor municipal. A análise dos dados possibilitou a conclusão de que os recursos de Ingá são subaproveitados, sendo necessárias diversas medidas para sua melhor integração à atividade turística.

Palavras-chave: Turismo Cultural. Arqueoturismo. Sítio Arqueológico Itacoatiaras do Ingá/PB.

Introdução

Em países como México, Egito e Peru, o turismo tem algo em comum: sítios arqueológicos são um dos principais atrativos. Isso porque o patrimônio arqueológico atrai o olhar humano, ao contar sua história e cultura, além de oferecer beleza visual. As facilidades atuais de acesso a esses sítios viabilizam a sinergia entre arqueologia e turismo, fazendo surgir o *arqueoturismo*.

Tendo em vista os vestígios deixados por povos antigos em vários pontos do território nacional, pode-se dizer que no Brasil essa relação também é possível. O arqueoturismo seria, portanto, uma alternativa para diversificação da oferta, aumento da competitividade e fortalecimento da atividade em estados que enfrentam dificuldades nesse setor.

A Paraíba, apesar de todo seu potencial turístico, ocupa níveis baixos de competitividade frente a outros estados. Muitas vezes, os turistas que ali chegam sequer tomam conhecimento dos roteiros existentes. E os que se aventuram a conhecê-los acabam se decepcionando com o cenário de abandono, já que a realidade é, majoritariamente, da falta de infraestrutura adequada para receber bem. Ou ainda, há a ausência de outras opções de entretenimento no entorno do atrativo principal, podendo gerar sensação de que a relação custo/benefício não foi satisfatória ao turista.

Conforme posto, muitas localidades apostam em suas potencialidades arqueológicas para desenvolver-se, através de atividades como o arqueoturismo. A Paraíba, no entanto, mesmo tendo significativo recurso, não tem apresentado êxito na atração e recebimento de

¹ Doutoranda em Turismo|UFRN. Docente do DHT|UFPB. Email: ilana.kiyotani2@gmail.com.

² Bacharel em Turismo|UFPB. Email: lucafalcao@hotmail.com.

³ Mestranda em Turismo|UFRN. Bacharel em Turismo|UFPB. Email: amada.tavares@hotmail.com

turistas desse segmento. As dificuldades de reconhecimento, manutenção e preservação muitas vezes ultrapassam os recursos e a motivação para aproveitar o potencial. Parece ser o caso de Ingá, no interior do Estado, que conta com o Sítio Arqueológico das Itacoatiaras do Ingá, referência internacional de arqueologia e o primeiro Monumento Arqueológico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Natural (IPHAN). É visível que o turismo não tem aproveitado tal recurso eficazmente.

É de se questionar, então, qual o atual contexto de (falta de) reconhecimento e uso de tal patrimônio pelo turismo. Esta pesquisa busca verificar as condições de visitação deste atrativo paraibano, de forma a identificar medidas possíveis e viáveis para sua integração à atividade turística. Como metodologia adotou-se a pesquisa exploratório-descritiva qualitativa, por meio dos seguintes procedimentos: pesquisa bibliográfica, para embasar a temática e apresentar casos do segmento; pesquisa documental, para conhecer o andamento de estudos e processos de qualificação e revitalização da área; observação sistemática, numa primeira visita ao local, em setembro de 2013 e; entrevista semiestruturada, em junho de 2014, com o Secretário Municipal de Turismo. Escolheu-se o recorte temporal de 2005 a 2014, de modo a ser possível acompanhar as ações de distintas gestões.

Arqueoturismo: o patrimônio como atrativo turístico

Os avanços nas técnicas e nas pesquisas arqueológicas têm facilitado a acessibilidade a uma significativa parte dos sítios arqueológicos no mundo, fortalecendo âmbitos como o científico, cultural, educativo e turístico. O turismo é incluso nessa lista devido ao que se tem denominado de *arqueoturismo*, segmento que tem sido alvo de significativa quantidade de projetos, nacional e internacionalmente (Abadia & Rambelli, 2013).

Também chamado de *turismo arqueológico*, consiste em viagens motivadas pelo desejo de conhecer aspectos de culturas passadas, com a intenção de visitar locais onde há vestígios materiais do processo evolutivo humano, como sítios arqueológicos, sejam pré-históricos ou históricos, terrestres ou subaquáticos (Aleixo, 2010; Manzato, 2005; Nóbrega & Araújo, 2015; Widmer, 2009). Em suma, “es una modalidad bajo la que se presentan propuestas y productos culturales y turísticos en los que la arqueología es el ingrediente principal” (Tresseras, 2004, p.2).

Claramente, o elemento primordial ao desenvolvimento do arqueoturismo é o patrimônio arqueológico, integrante do Patrimônio Cultural⁴. Por essa tênue relação com a cultura, refere-se a um segmento desmembrado a partir da demanda gerada pelo turismo cultural. Considerando a fragilidade desse patrimônio, órgãos se encarregam por sua regulamentação, conceituação, preservação e salvaguarda. A nível nacional, a função é

⁴ Consiste nos bens materiais e imateriais, referentes a identidade, ação e memória dos grupos formadores da sociedade brasileira. Fonte: Brasil. (1988). *Artigo 216 da Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 01 nov, 2014.

desempenhada pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e, a nível nacional pelo IPHAN.

Os recursos arqueológicos são algumas das principais atrações de países como Egito, Grécia, Itália, México e Peru. Seu patrimônio arqueológico é reconhecido mundialmente e é atrativo para milhares de turistas por ano, sendo meio de geração de renda (Scatamacchia, 2005).

Concomitantemente, produtos turísticos são criados para atender tal demanda e incentivar turistas potenciais. Os roteiros temáticos são comuns em sítios arqueológicos, como o Roteiro da Bética Romana, na Espanha, e o Mayan Ruins Tours, no México. Há também espetáculos e festividades, com fins de recreação, tendo como tema a história, como o Festival Tarraco Viva, na Espanha. Hotéis em prédios antigos, festivais de teatro clássico e de cinema arqueológico, e ainda comemorações sociais relacionadas a acontecimentos históricos são alguns dos produtos turísticos criados com base em recursos arqueológicos, a fim de impulsionar o turismo (Tresserras, 2004).

Além da proporção de avanços científicos, o arqueoturismo oportuniza o acesso a bens arqueológicos, sendo meio de divulgação de conhecimento e canal de integração entre cultura, conhecimento, preservação e desenvolvimento socioeconômico (Nóbrega & Araújo, 2015). No cenário atual, massificado e repetitivo, os vestígios arqueológicos funcionam como diferencial competitivo, devido a sua singularidade. O contato com um produto singular enriquece a experiência, além de oferecer novos aprendizados. E ainda, há o aspecto do fomento sustentável para as comunidades próximas dos sítios, de modo a propiciar o reconhecimento de suas origens, reforçando o sentimento de pertencimento e de identidade (Abadia & Rambelli, 2013).

Ainda que sítios monumentais sejam os atrativos de destaque, sítios arqueológicos de outros tipos também atraem olhares. É o caso de sítios de acampamentos, funerários, cerâmicos e, notadamente, os que apresentam arte rupestre (Figueiredo & Pereira, 2007), tais como esculturas, petróglifos e pictóglifos.⁵ Entre alguns exemplos estão: o Parque Nacional Serra da Capivara e Parque Nacional Sete Cidades, no Brasil, e os sítios Altamira, na Espanha, o Vale do Vézère, na França, com destaque para a caverna de Lascaux. Nesse contexto, o turismo torna-se veículo de divulgação de pesquisas arqueológicas e, conseqüentemente, disseminador da relevância da conservação dos espaços protegidos. É o que afirma Widmer (2009), ao dizer que o turismo sendo “capaz de atribuir função útil ao espaço e respectivos recursos ambientais [...], surge para a arqueologia como instrumento alternativo, capaz de promover com maior eficácia as ações de divulgação e difusão do conhecimento arqueológico junto ao grande público”.

O autor ainda destaca que, para uso eficaz pelo turismo, o processo de interpretação deve informar e conscientizar sobre a importância do atrativo, induzindo posturas de respeito e proteção. Norteados por tais diretrizes, o turismo pode colaborar com a

⁵ Enquanto petróglifos são gravuras em rochas, os pictóglifos são pinturas em rochas (Pereira, 2012).

integridade do patrimônio, de forma que as gerações futuras também o conheçam e tenham a consciência de preservá-lo.

El patrimonio arqueológico debe ser protegido no sólo porque es herencia que una vez destruido es irrecuperable (asociado a investigación, cultura, educación, sentido de pertenencia, etc) sino porque también es una oportunidad para el progreso de la sociedad actual gracias, entre otras cosas, al turismo cultural. (Kulemeyer, 2003).

Quando não há proteção, a tendência é acontecer como na caverna de Lascaux, na França, vítima do turismo desordenado e sem planejamento. Famosa pela beleza e riqueza de arte rupestre, a caverna recebeu, em meados do século passado, um expressivo número de turistas. Como consequência, o solo sofreu desgastes e o acúmulo de gás carbônico exalado propiciou a proliferação de bactérias que impactaram as pinturas. O espaço foi fechado à visitação, permitindo apenas o acesso a algumas equipes de pesquisadores. Como alternativa turística foi construída Lascaux II, réplica da caverna com a reprodução de parte das gravuras (Madu, 2003).

O Brasil, ocupando o 17º lugar no ranking de destinos do turismo arqueológico (Jordi, 2009), mostra estar distante de participar ativamente dessa competição do mercado. Mas isso não quer dizer que o Brasil não dispõe de recursos arqueológicos, pois conta com significativos sítios, tendo potencial para este segmento (Nóbrega & Araújo, 2015). Na relação de bens arqueológicos da lista de bens culturais sob proteção do IPHAN, estão: seis sítios arqueológicos tombados, sete acervos arqueológicos tombados e 19.970 sítios arqueológicos cadastrados (IPHAN, 2014).

A realidade, no entanto, é que, conforme afirmam Abadia e Rambelli (2013), o país está num processo anterior à promoção e à comercialização turística de destinos, produtos e serviços relacionados especificamente ao arqueoturismo. Dentre os lugares onde há recursos arqueológicos no Brasil, citam-se o Parque Nacional da Serra da Capivara no Piauí, o Engenho dos Erasmos e o Pátio do Colégio, em São Paulo, e as Itacoatiaras do Ingá, na Paraíba. Alguns desses com bons resultados advindos do arqueoturismo (Abadia & Rambelli, 2013). Porém, seu uso deixa muito a desejar quando se contempla as possibilidades de ações, como também seu próprio valor.

Ainda assim, percebe-se a conscientização e iniciativa de órgãos para definição, estudo e legislação de assuntos relacionados à arqueologia. Levando em conta a fragilidade dos sítios arqueológicos, há proteção por uma legislação específica: a Lei nº 3.924/61, através do IPHAN, definindo e caracterizando sítios arqueológicos como:

Jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos da cultura dos paleoameríndios; os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios; os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento "estações" e "cerâmicos"; e as inscrições rupestres ou locais e outros vestígios de atividade de paleoameríndios. (IPHAN, 2014, p.1).

Entendendo a relevância e a suscetibilidade a impactos naturais e antrópicos, o turismo deve ser precedido de diagnósticos arqueológicos e planos de manejo, assim como determina a Portaria 230/2002 do IPHAN. A experiência deve associar lazer, cultura e consciência, a partir do processo de interpretação do patrimônio, ferramenta latente à atividade, já que, a partir de um projeto educativo e informativo, criará e fortalecerá vínculos entre a população e o patrimônio.

Apesar dessa consciência demonstrada através de leis, documentos e catalogação de sítios arqueológicos, no Brasil há poucos sítios estruturados para o turismo, como o Parque Nacional Serra da Capivara. Este Parque, referencial em turismo arqueológico, recebeu 19.998 visitantes em 2013 (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade [ICMBio]).⁶

Localizado no Piauí, a 530 km da capital, o Parque está na lista de patrimônio da humanidade da UNESCO. Possui vasto patrimônio natural e cultural e é gerido pelo ICMBio, com participação da Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM). Segundo os sites do ICMBio e da FUMDHAM, estão cadastrados mais de 1.000 sítios arqueológicos, de representações mais variadas: arte rupestre, acampamentos, sítios funerários, cerâmicos e arqueopaleontológicos. Deste total, 173 são estruturados para o turismo, 16 deles com acessibilidade para portadores de necessidades especiais ou mobilidade reduzida. Aproveita-se eficazmente atrativos, como cânions, trilhas, fauna, flora, cavernas e os elementos mais procurados: a arte rupestre.

Além do turismo, são desenvolvidas atividades científicas e trabalhos com a comunidade local, a exemplo da “Cerâmica Serra da Capivara”⁷, produzida pela comunidade inspirada nos trabalhos cerâmicos das populações passadas, reproduzindo as pinturas rupestres (ICMBio, 2014). Esse caso é exemplo para outros sítios arqueológicos de interesse turístico, podendo concorrer para uma valorização da localidade na qual se encontra.

Outro sítio que da relação de bens arqueológicos do IPHAN é o Sítio Arqueológico Itacoatiaras de Ingá, na Paraíba. Diferente da Serra da Capivara, o local não é aproveitado pelo turismo, além de ter passado por sérios problemas de preservação; é o foco dessa investigação.

Sítio Arqueológico Itacoatiaras do Ingá

O Sítio Arqueológico Itacoatiaras do Ingá, no município de Ingá, agreste paraibano, dista 98 km de João Pessoa e 37 km de Campina Grande. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2010), o município apresenta IDH de 0,592 e população de 18.180 habitantes, distribuída numa área de 287,991 km². Seus biomas são Caatinga e Mata Atlântica.

⁶ As informações aqui referenciadas tiveram como fonte o atual gestor do ICMBio – Serra da Capivara, através de contato via email.

⁷ Disponível em: <http://www.turismo.pi.gov.br/pt-br/galeria/polo-das-origens>. Acesso em: 27 maio, 2014.

Um de suas potencialidades para o turismo é a Serra Velha (Figura 1), conjunto montanhoso cujas condições geográficas favorecem a realização de esportes, como rapel e escalada, e do ecoturismo, por meio de trilhas interpretativas. Há ainda a comunidade Quilombola Pedra D'água (Figura 2), onde poder-se-ia realizar trabalhos de conscientização e valorização cultural da população local, podendo ser uma atrativa oferta cultural.



Figura 1 – Vista Parcial da Serra Velha.
Fonte: Blog Vavá da Luz (2013).



Figura 2 – Vista da Comunidade Pedra D'Água.
Fonte: Andrade (2010).

O sítio arqueológico localiza-se na Fazenda Pedra Lavrada, zona rural, a aproximadamente 3 km da sede municipal. Possui área de 1,70 ha e é cortada pelo rio Ingá, que apresenta ao longo de seu leito um extenso e irregular conjunto de rochedos lapidados pela correnteza das águas, conferindo beleza singular ao local (Figura 3). O rio outrora servia como fonte de lazer para a população e turistas, através de banhos, pescarias e piqueniques em seu entorno. Porém, devido à poluição e conduta inapropriada de alguns frequentadores, estas atividades tiveram que ser suspensas, fazendo a cidade perder esta opção de entretenimento (Almeida, 2009).

A fazenda abriga um rudimentar museu de história natural (Figura 4), onde apresentam-se, sem as devidas informações, réplicas e originais de fósseis de animais pré-históricos, encontrados em sítios paleontológicos da região. Conta ainda com instrumentos utilizados pelos paleoíndios, além de painéis ilustrativos e uma moldagem da Pedra do Ingá (Almeida, 2009).

No Sítio Arqueológico das Itacoatiaras do Ingá está o principal atrativo: a Pedra do Ingá ou Itacoatiaras do Ingá (Figura 5), que em Tupi significa pedra riscada ou pedra desenhada.⁸ Trata-se de um monumento formado por rocha granítica, na qual estão gravadas inscrições rupestres em baixo relevo. A Pedra é referência de arqueologia (IPHAN, 2005), sendo o primeiro Monumento Arqueológico tombado pelo IPHAN, registrado no Livro Histórico do órgão em maio de 1944.

No tocante à autoria das inscrições, há variadas versões. O estudioso Ludwig Schwennhagen, por exemplo, defende a teoria de que os fenícios são os autores,

⁸ Segundo informações passadas por guias de turismo do local em pesquisa de campo realizada em 08 de junho de 2014.

apresentando-a no livro *Fenícios no Brasil: antiga história do Brasil de 1.100 A.C a 1.500 D.C* (Brito, 1993). Há também a versão de que foram os extraterrestres, como defende Brito (1993, p.57): “poderíamos usar as teorias científicas para supor a presença de enviados de outro mundo galáctico, desembarcando diante da Pedra de Ingá, registrando sua passagem através de escritos”. O autor também realiza operações matemáticas cujos resultados mostram a possibilidade de que haja ali um calendário lunar, além de visualizar nelas pontos que representariam a constelação Órion.



Figura 3 – Rio Ingá do Bacamarte
Fonte: Direta (2014).



Figura 4 – Museu de História Natural. Fonte: Direta (2014).



Figura 1 – Itacoatiaras do Ingá com Cordão de Isolamento IPHAN. Fonte: Direta (2014).

Clerot (1969) enxergou nas inscrições a estilização de animais, frutas e figuras fálicas, indicando a fixação de uma sequência de ideias ou os primórdios de uma arte escultórica. De acordo com Brito (2008), pesquisador da Sociedade Paraibana de Arqueologia, tais inscrições são provenientes de comunidades indígenas pré-históricas. “Os sinais pictográficos do Ingá foram insculpidos com apurada técnica e, segundo cremos, por uma comunidade pré-histórica, que ao longo dos recursos hídricos gravava duras rochas com fino acabamento e polimento”. A arqueologia, entretanto, indica que as gravuras foram executadas por grupos humanos que habitaram a região antes da chegada dos europeus, e que, como obras de arte expostas ao tempo, encontram-se em processo de degradação (IPHAN, 2013).

Embora haja muitas versões, é fato que o sítio sofreu problemas de preservação. Já em meados do século passado, Clerot (1969) denunciava um fato que acarretou várias perdas para o sítio arqueológico do Ingá e que, por pouco, não subtraiu do patrimônio arqueológico brasileiro as Itacoatiaras do Ingá, mesmo já sendo tombado pelo IPHAN à época:

Até bem pouco tempo o conjunto da “Pedra Lavrada” era maior [...]: Em dias de 1953 estivemos no local, surpreendendo uma turma de operários cavouqueiros, destruindo o pedregal; os blocos de cercadura nas duas margens do rio estavam sendo reduzidos a rachões e paralelepípedos para pavimentação de ruas da Capital (Clerot, 1969, p.126).

Há ainda dificuldades naturais, uma vez que, nos períodos de cheia, o nível das águas do rio se eleva, podendo encobrir as Itacoatiaras. Gera-se, assim, preocupação devido à possibilidade da correnteza e do material arrastado durante as enxurradas desgastarem o monumento.

Tendo em vista constatar o atual contexto desse sítio, após estudos de diversos profissionais e após a dificuldade de preservação, dados específicos do sítio foram coletados, de modo a possibilitar a identificação de medidas viáveis para sua integração à atividade turística.

Dados da pesquisa

Em pesquisa realizada junto à biblioteca do IPHAN, com ampla documentação, sendo grande parte propostas das décadas de 1980 e 1990, analisou-se alguns projetos e ações, embora a maioria tenha permanecido como projetos e intenções. Há ainda a dissociação de estratégias:

A falta de um projeto integral que alie a preservação e a utilização racional daquela ocorrência arqueológica fez com que pequenas ações isoladas, a exemplo da implantação de guaritas e cercas de proteção, melhorias das instalações físicas dos equipamentos existentes, fossem realizadas, mas sempre dissociadas de um plano geral (IPHAN/PB, 2005, s/p).

Em 2005, a Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado concluiu o projeto “Parque Arqueológico Itacoatiras do Ingá/PB – Projeto do Centro de Referência Nacional de Arqueologia” (IPHAN 2005b). O projeto, entretanto, encontrou forte resistência junto aos arqueólogos do IPHAN, por entenderem ser necessária a prévia realização de um Diagnóstico Arqueológico e Plano de Manejo, como prevê a Portaria 230/2002 do órgão. Nela, exige-se que pesquisas arqueológicas tenham, em todas as fases, licenciamento ambiental para empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico (Pereira, 2012).

Uma primeira vistoria sobre projeto foi instada pelo IPHAN/PB e realizada em junho de 2005, emitindo-se o seguinte parecer: “Consideramos temerária qualquer intervenção no sítio, sem a sua consideração e sem a elaboração de estratégias mitigadoras. É necessário, então, identificar os impactos para poder otimizar os benefícios e por sua vez mitigar os danos” (IPHAN, 2005c, s/p). No parecer são elencados fatos negligenciados no projeto e que careceriam de intervenção, como a exposição do monumento a vandalismo; intemperismo físico e químico, causadores de escamação e deslocamento e; uso do solo no entorno do sítio.

Apenas em 2013 foi realizado, por uma equipe de profissionais da Universidade Federal do Piauí, o projeto “Estudos Arqueológicos, Conservação e Socialização do Sítio Itacoatiras do Ingá”. Focando na pesquisa científica, foi classificado pela equipe como a primeira abordagem arqueológica da Pedra, dentro dos preceitos científicos-metodológicos legais (IPHAN, 2013).

A equipe observou fatores químicos, físicos, biológicos e antrópicos que comprometem a integridade da rocha, sendo os principais: “deslocamentos, presença de biodepósitos, exposição ao sol e a chuva, submersão das gravuras em períodos de cheias,

vegetação rupestre na base da rocha, vestígios de resina usados na moldagem das gravuras anteriormente, turismo desordenado e animais domésticos transitando na área”.

Foram realizadas sondagens em áreas onde se pretende ampliar os limites do sítio a fim de transformá-lo em Parque Estadual das Itacoatiaras do Ingá. Dessas áreas, a ocorrência arqueológica denominada sítio oficina Cansação foi a que apresentou descobertas mais significativas, sendo atribuída ao local a função de oficina paleolítica, devido à diversidade dos materiais e formato dos vestígios encontrados. As evidências encontradas, além de representarem interesse para pesquisas, podem também contribuir para a ampliação de atrativos para o turismo.

A equipe deduziu que a Pedra do Ingá foi “um local sagrado, ocupado reiteradamente por vários grupos humanos” (IPHAN, 2013, p. 27). Durante as sondagens foram coletados materiais arqueológicos das categorias lítico, louça, carvão e metal, com datações de 80 a 610 anos. Estes foram enviados para o Núcleo de Antropologia Pré-Histórica da UFPI, aguardando orientações do IPHAN/PB para definir o futuro local onde as peças deverão ser acondicionadas.

Uma atividade iniciada, mas não concluída, foi o levantamento fotográfico em 3D por meio de uma varredura a laser, executado por equipe da Universidade Federal de Pernambuco. Essa tarefa visou realizar a documentação imagética do sítio e seu entorno, assim como o levantamento imagético plano a plano do painel principal. Tal procedimento será de significativa relevância à atividade turística, caso um dia seja possível um painel digital dentro do Museu.

Compreende-se que os documentos gerados na busca de viabilizar a implantação do Parque Estadual não têm contribuído incisivamente para este fim. Parece haver uma inaptidão de cumprir às exigências legais necessárias ao lidar com o patrimônio arqueológico. Os projetos apresentam-se falhos quanto à transdisciplinaridade, posto que, ou mostram-se basicamente “arquitetônicos” (IPHAN 2005b) ou têm foco notadamente científico, faltando o um projeto que contemple ambos os aspectos. E ainda, sabe-se que este tipo de estudo requer continuidade, pois fatores como longo espaço temporal, diferentes usos do solo e a proximidade geográfica do rio, que periodicamente revolve todo o material de seu entorno, dificultam a detecção de evidências das antigas populações e consequentemente se obter fatos conclusivos.

Quanto a estruturas e condições de visitação e uso turístico das Itacoatiaras, abordam-se aspectos como formas de acesso, infraestrutura e serviços ofertados. Por transporte público intermunicipal, o acesso ao sítio tem duas vias principais: duas saídas diárias de João Pessoa e três partindo de Campina Grande, também diariamente. O acesso por veículo particular é feito pela BR-230. A sinalização para o Sítio Arqueológico das Itacoatiaras dentro da cidade é eficiente, tendo inclusive sinalização turística. Porém, o portal turístico inacabado (Figura 6) não transmite primeira impressão boa. A cidade é relativamente arborizada e aparentemente bem policiada.

Em visita realizada em junho de 2014, a Igreja Matriz e a praça estavam bem conservadas e decoradas para os festejos juninos. No entanto, verificou-se que apenas nessa área foram localizados equipamentos como lixeiras e rampas de acessibilidade, ficando o restante da cidade carente de tais serviços. O comércio local é modesto, condizente com uma pequena cidade interiorana, não estando preparado para atender a uma grande demanda de turistas. Como meio de hospedagem, há apenas uma pousada, que possui instalações precárias. Mas, segundo informações⁹ do Secretário de Turismo, dois hotéis estejam sendo construídos.

Um pequeno percurso em rodovia asfaltada de aproximadamente 3 km, com paisagem tipicamente rural, liga o centro da cidade às Itacoatiras do Ingá. O estacionamento fica na área externa e não é pavimentado. Há um totem sinalizador e, como também foram encontrados vestígios paleontológicos na área, foi confeccionada a escultura de um gliptodonte, espécie de preguiça da megafauna, que viveu naquela região no período pleistoceno¹⁰ (Figuras 7 e 8).

No sítio, há uma guarita vazia, com informações pertinentes aos horários, conduta, órgãos responsáveis e implicações legais afixadas em cartazes e pinturas. Mesmo sendo um atrativo que recebe turistas estrangeiros, não há tradução dos informes para inglês ou espanhol. Não é cobrada nenhuma taxa para entrada, ficando a critério do visitante fazer ou não uma doação.

A presença de apenas dois guias acarreta prejuízos à visita, pois, no horário de almoço, não sendo possível fazer o revezamento, o museu fica fechado e não é possível realizar visitas guiadas. Os visitantes, portanto, não têm acesso a informações sobre o monumento cultural, já que não há placas informativas ou qualquer material que favoreça visitas autoguiadas.

Um prédio em estilo de fazenda abriga as instalações sanitárias, o balcão de informações, o pequeno Museu de História Natural e a Secretaria de Turismo. A partir deste prédio, segue-se por uma rampa que termina abruptamente em um trecho acidentado, que dá acesso às Itacoatiras, tornando o monumento inacessível a cadeirantes ou pessoas com mobilidade reduzida.

⁹ Em entrevista realizada em 08 de junho de 2014.

¹⁰ O pleistoceno corresponde ao intervalo entre 1,8 milhão e 11.500 anos atrás [...] Pássaros e mamíferos gigantes, como mamutes e búfalos, caracterizam essa época. Fonte: Bernardo, D. V. (2012). Homem da América conviveu com mamíferos gigantes. *Revista Veja*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/ciencia/homem-da-america-conviveu-com-mamiferos-gigantes>>. Acesso em: 30 de jul, 2014.



Figura 6 – Portal Turístico Inacabado.
Fonte: Direta (2014).



Figura 7 – Totem na entrada do Sítio Arqueológico. Fonte: Direta (2014).



Figura 8 – Escultura do Gliptodonte.
Fonte: Direta (2014).

O guia conduz os visitantes às Itacoatiras e ministra uma breve palestra sobre a história do sítio, os achados arqueológicos de períodos paleontológicos, as teorias levantadas a respeito dos autores e enigmas das inscrições e, a suscetibilidade do monumento aos desgastes naturais e antrópicos. Enfim, fala de sua importância para o município e para o cenário nacional e mundial. O guia também distribui folders que apontam outros pontos turísticos do município.

Em seguida, os visitantes encaminham-se ao museu e conhecem o acervo, composto basicamente de réplicas, alguns achados arqueológicos e paleontológicos, e painéis ilustrativos. Ao lado da entrada do museu encontra-se uma espécie de cofre, para receber as doações, única fonte de renda para os serviços ali realizados, visto que, de acordo com o Secretário de Turismo, a participação financeira da prefeitura cobre apenas despesas com o pagamento do pessoal.

Em entrevista concedida em junho de 2014, em nome da Secretaria Municipal de Turismo, o atual Secretário mostrou-se ciente do potencial turístico de Ingá para diversos segmentos: rural, cultural e pedagógico, o mais praticado, segundo ele. Porém, lamentou a falta de recursos, incentivos e políticas públicas, inclusive do legislativo municipal, para impulsionar o turismo local. Suas principais queixas relacionam-se à falta de estrutura: “Divulgamos as Itacoatiras no céu, no mar e na terra e não temos como receber o povo”. O déficit está presente não somente no sítio, mas também nos serviços de alimentação, hospedagem, transporte e lazer. Falta qualidade, pois os poucos estabelecimentos não dispõem de pessoal capacitado.

Do ponto de vista do Secretário, empreender na região chega a ser uma questão de coragem. Ele se empolga com os pioneiros, pois vê nestes incentivadores para outros comerciantes se instalarem. Como medidas dinamizadoras, investimentos estão sendo realizados, projetos alternativos, como a associação de aquicultores para criação de peixes, que pode servir como matéria prima, no cardápio dos restaurantes, e como incentivador do turismo rural.

O Secretário apresentou um projeto para incluir no currículo escolar municipal conteúdo referente às Itacoatiras e à história de Ingá. Para justificá-lo, utiliza como exemplo sua própria formação, a qual, mesmo sendo natural daquela cidade, cresceu sem a consciência da importância das Itacoatiras, despertando para sua magnitude, através da

visão de turistas estrangeiros que vieram visitá-las. Dessa forma, o secretário pensa no projeto como um caminho “para que as crianças possam crescer admirando, protegendo e divulgando aquelas Itacoatiaras”.

O projeto ainda não foi posto em prática devido a exigências necessárias para que se altere o currículo escolar, porém estão sendo organizadas visitas periódicas na rede de ensino, a fim de firmar a relação de pertencimento, apostando-se na formação a médio e longo prazo. Além desta, há iniciativas como a formação não oficial de “guias mirins”, através de um curso ministrado pelos guias da prefeitura. Mais uma de suas propostas é a reativação da malha ferroviária que liga o município à Itabaina, incorporando o conceito de trens turísticos¹¹; esta sem previsão de ser posta em prática, estando ainda na fase de contatos com as autoridades competentes.

O Secretário aposta em uma alavancada do turismo quando finalmente for implantado o Parque Estadual das Itacoatiaras do Ingá, projeto iniciado em 2005, mas que enfrenta barreiras nas exigências de estudos prévios e na morosidade da Justiça quanto à conclusão dos processos de desapropriações. Mesmo com as adversidades, ele se sente otimista em relação ao turismo e usa como exemplo a aproximação da iniciativa privada com a construção de dois hotéis no município e o volume de visitas no Sítio do Ingá que, segundo suas informações, é em torno de 3.000 ao mês.

Análise dos Dados

Ao analisar as informações obtidas a partir desta pesquisa fica constatado que a desinformação e o despreparo vêm atuando como um gargalo para o desenvolvimento turístico de qualidade na região, além da insuficiente infraestrutura.

Os horários de acesso ao município por transporte público não são favoráveis ao turismo, principalmente partindo da capital, já que não há saída matutina, somando-se ao fato de que Ingá não há boa estrutura de estadia. Por transporte privado, as dificuldades estão na falta de eficiência na sinalização.

A baixa diversificação da oferta para o turismo é outro problema local. A falta de equipamentos de lazer e entretenimento limitam o turista à visita ao sítio arqueológico, que, entre as explicações de guias e a visita ao museu, dura aproximadamente uma hora. Diminui-se, portanto, as oportunidades de interação e convivência entre turistas e a comunidade, além de acarretar na tendência à curta permanência turística. A maioria dos turistas sequer almoça nos restaurantes da cidade, e, embora sejam informados sobre

¹¹ Serviços de trens turísticos e culturais caracterizam-se pelo transporte não regular de passageiros, com o objetivo de agregar valor aos destinos turísticos, contribuindo à preservação da memória ferroviária, configurando-se em atrativos culturais e produtos turísticos, diversificando a oferta. Fonte: Ministério do Turismo [MTur]. (2010). *Turismo Cultural: Orientações Básicas*. 3ª ed. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 05 nov, 2014.

outros pontos turísticos, os visitantes não contam com uma programação regular, agência de receptivo ou infraestrutura turística.

No tocante ao próprio sítio arqueológico, vê-se falha na segurança, pois não há guardas e, mesmo que seja uma região pacata, seria conveniente o patrulhamento, tanto para a integridade dos turistas quanto para a do próprio monumento. Estar-se-ia, assim, protegendo-o da ação de possíveis vândalos, que em tempos passados já empreenderam pichações e depredações no local.

A estrutura física se apresenta como necessitada de reparos, como é o caso do prédio em estilo fazenda, cujo forro do teto está caindo. A rampa que dá acesso às Itacotiaras precisa notadamente de ajustes, uma vez que as tornam inacessíveis a pessoas com mobilidade reduzida. Para torná-las acessíveis é fundamental a construção de um caminho possível de transitar com segurança. Ainda assim, reconhece-se que, por tratar-se de um sítio arqueológico, há restrições e implicações, inclusive legais, para o desenvolvimento de qualquer ação física.

Desponta-se também uma disparidade entre ciência e gestão. Com base em documentação do IPHAN/PB, verifica-se que a falta de conhecimento técnico e científico proporciona um atropelo de interesses. O governo do Estado apresentou um projeto relativamente grandioso de infraestrutura, mas sem obedecer às exigências legais, fato que poderia comprometer fortemente o patrimônio arqueológico, inclusive possíveis sítios ainda não descobertos. Impasses jurídicos quanto às questões de desapropriações e indenizações também colaboraram para a inviabilização de uma estruturação adequada, capaz de contemplar questões de desenvolvimento econômico, além da preservação e valorização do patrimônio arqueológico.

A disponibilização de trabalhos já realizados sobre as Itacoatiaras, acadêmicos ou não, enriqueceria a visita do sítio, sendo uma ferramenta de reforço para educação patrimonial, uma vez que, quanto maior o volume de informações, mais forte torna-se o envolvimento dos atores. Mídias como registros videográficos apresentam-se como um diferencial capaz de dinamizar a experiência. Essas pesquisas podem fornecer informações e soluções para a implantação de uma visita consciente e otimizada ao patrimônio.

Algumas medidas vêm sendo executadas na tentativa de melhorar a oferta e conservação do sítio, porém a falta de entrosamento entre os poderes é um fato prejudicial para todos, na medida em que falta o diálogo, os problemas, que já não são poucos, prolongam-se indefinidamente até que surja uma solução. Ao invés de medir forças, os órgãos responsáveis pela administração e gestão do Patrimônio deveriam estar preocupados em uni-las, a fim de estabelecer uma administração efetiva e integrada, capaz de oferecer melhores condições de visita, bem como a conservação do sítio.

Considerações Finais

O arqueoturismo, praticado em diversos países, tem se tornado um segmento interessado em atrair mais visitantes. O Brasil, entretanto, ainda passa por dificuldades na

implementação e execução deste turismo, ainda que tenha alguns casos pontuais positivos. Um dos potenciais arqueológicos brasileiros, as Itacoatiaras do Ingá, foi o objeto de estudo dessa pesquisa, numa busca pelo reconhecimento das condições atuais de visitação turística ao local.

Analisando a situação do turismo em Ingá, é inevitável a constatação de que há um subaproveitamento de seu potencial. O sítio carrega um atrativo arqueológico de relevância, sendo um exemplar de destaque neste tipo de ocorrência. Cabe à sociedade preservar esse legado, utilizando-se das novas tecnologias, técnicas e métodos de planejamento. As Itacoatiaras, que atraem atenção de pessoas do mundo inteiro, muitas vezes passam despercebidas para muitos de seus herdeiros diretos, os paraibanos. Surge aí uma questão delicada: a valorização do patrimônio, o orgulho da cultura e o pertencimento, ao reconhecer-se nos detalhes.

É necessário o investimento em obras estruturantes: acesso, comunicação e esgotamento sanitário. Além da valorização cultural, capacitação dos recursos humanos, da hospitalidade e atendimento, diversificação de opções de entretenimento e gastronomia regional. Elementos que podem incorporar a produção interna, evidenciando o efeito multiplicador do turismo.

Contribuiria bastante para o incremento do turismo a criação de roteiros no quais as Itacoatiaras fossem a atração principal, mas que contemplassem diversos outros produtos, estrategicamente planejados para aumentar o interesse e permanência dos visitantes. Além de estabelecer parcerias com outros municípios, buscando a formação de polos turísticos.

No tocante à proteção legal, o tombamento é o instrumento primordial à salvaguarda do patrimônio, obedecendo a uma série de pré-requisitos. É a partir dele que as autoridades competentes estão amparadas para intervir em sua conservação. Porém, sem ações efetivas, este ato administrativo tem força apenas documental. Multiplicam-se os exemplos de espaços e monumentos que, mesmo tombados, não usufruem a devida proteção. A lentidão burocrática e judicial muitas vezes sentenciamos à destruição antes mesmo de qualquer intervenção.

O sítio Arqueológico das Itacoatiaras do Ingá teve seu tombamento em maio de 1944. Decorridos setenta anos, pouco se nota de diferença na infraestrutura daquela ocorrência arqueológica. População e autoridades anseiam pela transição do atrativo de sítio arqueológico para Parque estadual, na esperança de um desenvolvimento sustentável. Preservar, valorizar e difundir sua existência é função não só dos poderes públicos, como também da sociedade. É necessário engajamento coletivo de todos os setores, já que este é um patrimônio nacional, com condições de contribuir tanto à autoestima da comunidade como à dinamização econômico social.

Referências

- Abadia, B. F. C. & Rambelli, G. (2013). Arqueologia pública e turismo: possibilidades para o desenvolvimento do arqueoturismo em Iaranjeiras/SE. *Anais I Semana de Arqueologia*. Unicamp "Arqueologia e Poder". Campinas: LAP/NEPAM. Disponível em: <<http://www.nepam.unicamp.br/arqueologiapublica/revista/anais/arqueologia-patrimonio-e-turismo/PDFs/arquivo4.pdf>>. Acesso em: 13 fev, 2015.
- Aleixo, T. S. T. (2010). *O arqueoturismo no domínio do patrimônio náutico e subaquático*. Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <<http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/2387>>. Acesso em: 14 abr, 2015.
- Almeida, M. T. S. C. R. (2009). *A pedra do Ingá: a reprodução do mito, a reprodução da fé*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp110250.pdf>>. Acesso em 10 abr, 2015.
- Andrade, A. S. D. K. (2010). *Luz na Comunidade Quilombola Pedra D'água*. Trabalho de Conclusão de Curso. Univerisdade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB, Brasil. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle>>. Acesso em: 06 dez, 2014.
- Blog do Vavá da Luz. Disponível em: <<http://blogdovavadaluz.com/>>. Acesso em: 1 maio, 2014.
- Brito, G. (1993). *Viagem ao Desconhecido: os segredos da Pedra do Ingá*. 2ª ed. Brasília-DF.
- Brito, V. (2008). Welcome to Inga: Atividade Turística Local e as ações públicas preservacionistas na Pedra do Ingá. *Revista virtual Alpharrabios*. V.2, N.1. Disponível em: <http://eduep.uepb.edu.br/alpharrabios/v2-n1/html/WELCOME_TO_INGA.htm> Acesso em: 27 de nov, 2014.
- Clerot, L.F.R. (1969). *30 Anos na Paraíba: memórias corográficas e outras memórias*. Rio de Janeiro: Editora Pongetti.
- Figueiredo, S.J.L. & Pereira, E. (2007). Turismo e Arqueologia na Amazônia Brasil: aspectos de preservação e planejamento. In: Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo, 4. São Paulo. *Anais... São Paulo: Anptur/Universidade Anhembi-Morumbi*. V. 1, pp. 235-250. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-81222009000100014...sci>>. Acesso em: 2 set, 2014.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). População Ingá (PB). *Censo 2010*. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=250680&idtema=16&search=|s%EDntese-das-informa%E7%F5es>>. Acesso em: 06 de dez, 2014.
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. (2014). *Parque Nacional Serra da Capivara*. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/visitacao/ucs-abertas-a-visitacao/199-parque-nacional-da-serra-da-capivara.html>>. Acesso em: 06 de dez, 2014.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (2005). *Plano de Ação, Levantamento de Demandas*. (documento disponibilizado para consulta).
- _____. (2005b). *Parque Arqueológico Itacoatiaras de Ingá/PB: Projeto do Centro de Referência de Arqueologia*. (documento disponibilizado para consulta).
- _____. (2005c). *Parecer Sobre o Projeto: Parque Arqueológico Itacoatiaras do Ingá*. (documento disponibilizado para consulta).
- _____. (2013). *Sítio Pedra do Ingá: Prospecção, Sondagem, Escavação, Conservação do Painel Principal e Socialização*. (documento disponibilizado para consulta).

_____. (2014). Site Oficial. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaInicial.do>>. Acesso em: 2 jun, 2014.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/PB. (2005). *Relatório de Vistoria ao Sítio Arqueológico Pedra do Ingá*. (documento disponibilizado para consulta).

Jordi, J. T. (org.) (2009). *Turismo arqueológico no Parque Nacional Serra da Capivara (Piauí-Brasil)*. Ministério do Turismo, Brasil. Brasília, DF.

Kulemeyer, J. (2003). Propuesta para el desarrollo del turismo arqueológico en Argentina. *Naya Noticias de Antropología y Arqueología*. Disponível em: <http://www.naya.org.ar/turismo/articulos/jorge_kulemeyer.htm>. Acesso em: 22 de fev, 2015.

Madu, G. A. (2006). *Arte Rupestre no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Joge Zahar.

Nóbrega, W. R. M., & Araújo, F. (2015). Cultura, turismo e desenvolvimento: reflexões acerca do potencial arqueológico no município de Carnaúba dos Dantas (RN). *Revista Brasileira de Ecoturismo*. São Paulo, v.8, n.1, fev/abr, pp.93-114. Disponível em: <<http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/viewFile/844/766>>. Acesso em: 28 abr, 2015.

Pereira, E. A. (2012). *Arte Rupestre de Monte Alegre, Pará/AM*. E-book. Disponível em: <http://issuu.com/museu-goeldi/docs/arte_rupestre_todo> Acesso em 16 de jun, 2014.

Scatamacchia, M. C. M. (2005). *Turismo e Arqueologia*. São Paulo: Aleph.

Tresserras, J. J. (2004). El arqueoturismo o turismo arqueológico: un paso más para la valorización del patrimonio arqueológico. *Boletín GC Gestión Cultural*, Nº 9, Turismo Arqueológico, octubre.

Widmer, M. G. (2009). Turismo Arqueológico. In: Panosso Netto, A., & Ansarah, M. G. R. (Org.). *Segmentação do Mercado Turístico: estudos, pesquisa e perspectivas*. Baurueri, SP: Manole.